

Secretária muda o jogo com as escolas

Diretores terão que provar carência para obter mais professores. Desinformação atrapalha controle e preenchimento de vagas

Ricardo Mendes
Da equipe do **Correio**

Esta semana inaugura um novo estágio no conflito entre a cúpula da Secretaria de Educação, liderada pela secretária Eurides Brito, e os diretores de escolas públicas eleitos durante o governo passado. A Fundação Educacional mudou as regras para preenchimento de vagas de professores. Antes, os diretores encaminhavam seus pedidos para receber novos profissionais às divisões regionais de ensino (DREs), que repassavam as solicitações à fundação, para serem atendidas. Agora, eles só receberão novos professores depois que provarem não haver outros nas suas escolas capazes de preencher as lacunas, tecnicamente chamadas de carências.

A mudança foi instituída por uma portaria publicada sexta-feira no Diário Oficial do Distrito Federal e executada desde ontem pelas DREs. Na prática, isso vai devolver às salas de

aula professores que hoje atuam nas pequenas bibliotecas das escolas, no apoio administrativo às diretorias ou em projetos especiais, como aulas extras de educação física ou artística para alunos da própria unidade de ensino ou mesmo para a comunidade. Os diretores

terão de aproveitar parte da carga horária desses profissionais para preencher as carências residuais — nome que se dá às carências inferiores a 11 horas de aulas. Por exemplo: se uma escola precisa de um servidor para dar quatro horas/aula de Geografia e tem um especialista dessa disciplina na biblioteca, ele terá de encarar novamente o giz e o quadro negro.

Eurides Brito tomou essa decisão depois de conhecer o resultado de uma auditoria que a Fundação Educacional fez este mês em Ceilândia, onde funciona praticamente uma de cada cinco das 560 escolas do Distrito Federal. Os auditores relacionaram casos em que unidades de ensino pediram professores para disciplinas que, no seu entender, poderiam ser ministradas por servidores lotados nas mesmas instituições. “Na maior parte dos casos, não faltam professores nas escolas, e sim nas salas de aula”, resume a secretária de Educação.

O conflito está na resistência dos diretores, que sustentam precisar desses profissionais fora de sala de aula e defendem a manutenção de

projetos especiais criados no governo anterior. O **Correio** contactou quatro das oito diretorias auditadas em Ceilândia (excetuando centros de ensino especial, que se diferenciavam por atender a portadores de deficiências físicas ou mentais). Todas elas contestaram os dados da auditoria, dizendo não ser possível atender à ordem da secretária sem prejudicar alunos e o próprio funcionamento da escola.

INFORMAÇÃO

Contra os diretores, pesa a confiança total que a diretora-executiva da fundação, Maristela Mendes, deposita no trabalho dos auditores, escalados em diferentes setores da secretaria. A favor deles, contam os problemas internos de comunicação existentes na estrutura da fundação, que tumultuam o gerenciamento dos recursos humanos. É um entrave reconhecido até pela diretora-executiva. “Há problemas de fluxo de informação entre regionais e escolas, e va-

mos sanar isso”, observa Maristela Mendes.

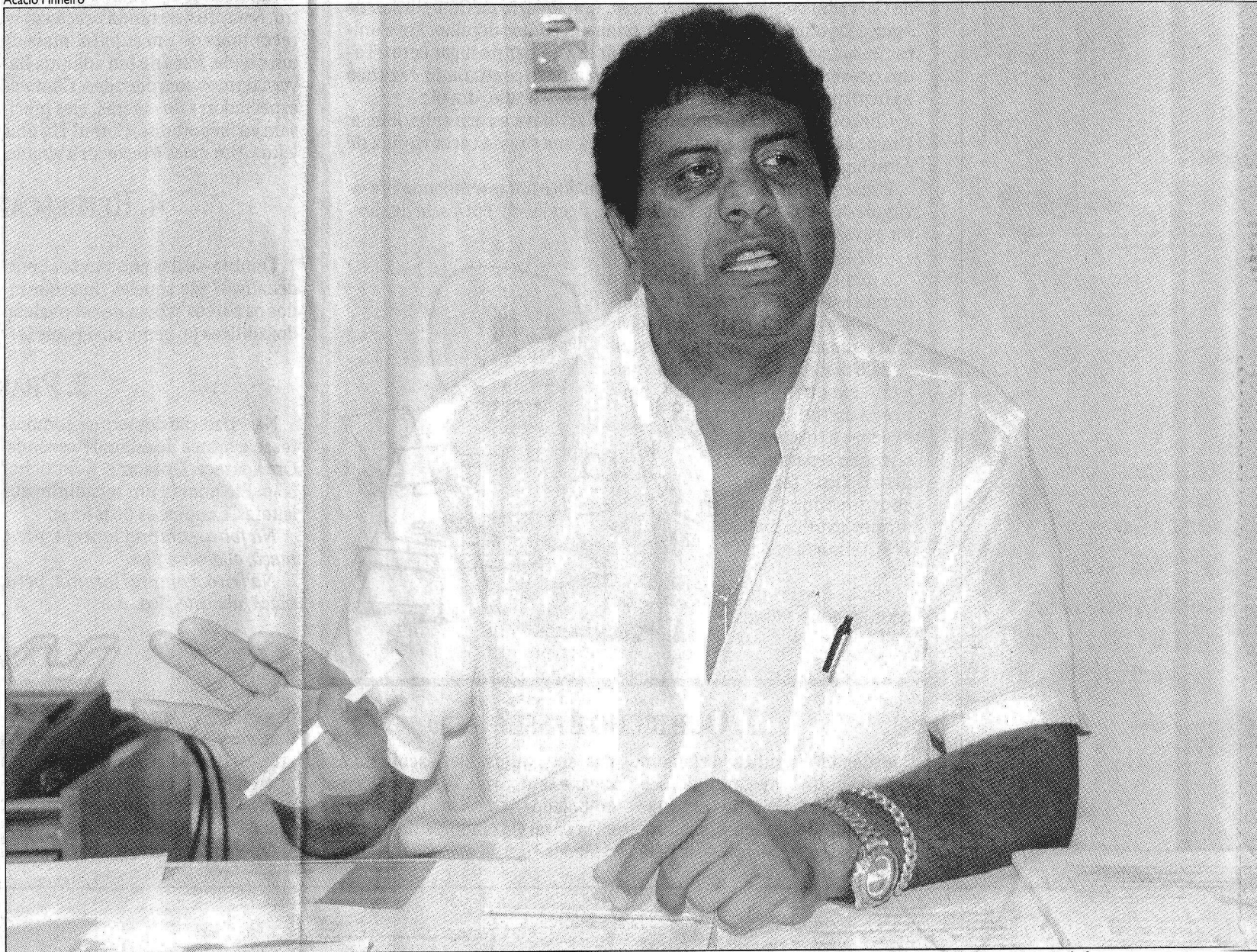
Uma amostra desse problema de comunicação é dada pelo diretor da DRE de Ceilândia, Alcides Corrêa. Ele conta que as contratações temporárias para suprir carências da cidade são feitas em duas repartições, uma na própria

DRE e outra em Taguatinga. Corrêa diz haver dificuldades em falar com o escritório na cidade vizinha, porque a única linha telefônica disponível lá fica ocupada na maior parte do tempo. “Já aconteceu de lotarmos um professor aqui e, quando conseguimos falar com Taguatinga, usando o celular de uma pessoa de lá, eles já haviam destinado outro professor para a mesma vaga”, revela. “Foram três casos assim.”

Ontem, a professora Ana Karina Machado Magalhães, 29 anos, sentiu-se prejudicada em um caso semelhante. No fim de semana, ela foi convocada para assinar contrato temporário e dar aulas de Inglês no Núcleo Bandeirante. Chegando à DRE daquela cidade, porém, acabou sendo dispensada depois de ouvir que não havia carência na disciplina indicada. “Acho isso uma falta de respeito”, protesta.

Para o diretor da Divisão de Pessoal da fundação, Sinval Lucas Filho, “se as escolas e as regionais já estivessem funcionando *on line* (integradas em rede de computadores), isso não ocorreria”.

Acácio Pinheiro



Alcides Corrêa, do DER de Ceilândia: dificuldade para falar no escritório da Fundação Educacional de Taguatinga, que só tem um telefone, sempre ocupado